timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 125 JUNHO 1996

GENEBRA: MENOS QUE ZERO

Decorreu em Genebra, no passado dia 27 de Junho, a 8ª ronda das negociações entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU. Com resultados frustrantes

A política externa portuguesa dos últimos nove meses tem oscilado - no que respeita à questão de Timor Leste - entre dois extremos.

De um lado, temos atitudes de grande efeito mediático - Gama disponibilizando-se para se encontrar com Xanana Gusmão na prisão de Cipinang, Guterres propondo, de viva voz, ao general Suharto a abertura de "secções de interesses" em troca da libertação dos presos políticos timorenses e da melhoria da situação dos direitos humanos no território com supervisão da ONU.

Do outro lado, temos derrotas nos terrenos de confronto internacional - a pior de todas as declarações de consenso saídas da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, derrota da candidatura portuguesa a um lugar de perito na Sub-Comissão para a Prevenção e a Protecção das Minorias.

Se na ronda anterior os governantes portugueses podiam invocar a sua recém-chegada ao interior dos *dossiers*, para Genebra partiam com alguns trunfos na bagagem, entreos quais as dificuldades internas do regime indonésio.

DIFICULDADES DESAPROVEITADAS

O regime de Jacarta partiu para este encontro com uma situação interna a ameaçar deteriorar-se (ver a este respeito o artigo "Crise do PDI ou Crise do Regime?" na pág.4). Uma deterioração onde o problema das colónias (Timor Leste e Papua Ocidental) tem vindo a funcionar como "acelerador de partículas". As dificuldades internas reflectem-se externamente, particularmente quando é a questão timorense que está em causa, por um (aparente?) endurecimento de posições. As ameaças de Alatas, nas vésperas do encontro, de levar a questão à Assembleia Geral das Nações Unidas, são mais para consumo das divididas elites internas do que para uso externo.

Por outro lado, a permanente incapacidade do regime indonésio em lidar com a situação em Timor Leste enfraquece-lhe os argumentos. As frequentes explosões de cólera da população do território, e muito particularmente da sua juventude, a constante necessidade das autoridades de ocupação de recorrer à violência para assegurar o seu controlo, são a negação do seu discurso político.

Entretanto, dois factos ocorridos nas vésperas do encontro de Genebra poderiam limitar a margem de actuação de Jacarta: a divulgação, na Austrália, do relatório sobre a morte dos 6 jornalistas (britânicos, australianos e neo-zelandeses) ocorrida em Timor Leste em 16 de Outubro e 8 de Dezembro de 1975, responsabilizando os militares indonésios pela sua ocorrência; a divulgação da posição conjunta da União Europeia sobre o problema de Timor Leste, contemplando a defesa de uma solução que "*respeite plenamente os interesses e as legítimas aspirações do povo timorense, de acordo com a lei internacional*".

Mas Portugal não pareceu capaz de tirar partido das dificuldades do adversário.

E O CURDISTÃO AQUI TÃO PERTO!

Portugal continua a deixar fragilizar a sua posição.

A força do nosso país deriva da força dos blocos de que faz parte, mas sobretudo da nossa capacidade para aí jogar um papel autónomo, próprio, de acordo com os nossos interesse no mundo.

Ora o que a realidade nos tem mostrado nestes últimos meses é que Portugal continua a seguir uma política estreita,

neste número:

GENEBRA: MENOS QUE ZERO

OS 50 ANOS DE XANANA GUSMÃO

K.SANTANA: NÃO AO MILITARISMO

INDONÉSIA: CRISE DO REGIME?

imediatista, que lhe tira força. É o caso gritante de Marrocos *versus* Saara Ocidental e agora também, como foi noticiado recentemente, a sujeição às pressões alemãs para acabar com as transmissões da TV curda (que recorrem para esse efeito aos serviços da Portugal Telecom) para as comunidades desta nação residentes na Alemanha e na Turquia.

Estas fraquezas pagam-se caro. A comunidade internacional não perdoa aos Estados "*bons alunos*". E aqui está um bom exemplo para o avaliar: Lisboa concorre, juntamente com a Suécia e a Austrália, para os dois lugares do grupo ocidental que vão vagar este ano no Conselho de Segurança. A imprensa sueca já se fez eco de declarações de responsáveis daquele país sobre a existência de uma aliança sueco-australiana para a partilha daqueles lugares.

Se tal se confirmar, será mais uma derrota para a diplomacia portuguesa, no ano em que a Indonésia também concorre para aquele importante órgão das Nações Unidas, com a sua eleição praticamente assegurada dado os fortes apoios com que conta de Estados da região Ásia-Pacífico.

EM DEZEMBRO COM OUTRO SG?

Jacarta não respondeu a nenhuma das propostas colocadas mediaticamente pelos governantes portugueses em cima da mesa.

Embora o comunicado final seja naturalmente vago, alguns pontos merecem uma atenção particular. O comunicado reconhece que "*foram discutidas, com mais detalhe, as questões substantivas referentes a um eventual quadro*" para se encontrar uma solução internacionalmente aceitável. O comunicado adianta igualmente que os ministros "*anotaram com satisfação*" a intenção do Secretário-Geral de promover mais um encontro intra-timorense, nos termos em que foi definido na 5ª ronda, isto é, sem abordar o estatuto do território.

Outro ponto que poderá ter importantes implicações futuras é o que se refere ao acordo "*em avançar com consultas*" visando o "*estabelecimento de um Centro Cultural Timorense em Díli e o desenvolvimento dos recursos humanos em Timor Leste*". Perguntamos: os ministros acordaram isto sem discutir as suas implicações no estatuto político do território? Portugal e a Indonésia vão fazer "isto" a meias? Será que os conhecimentos/valores que o nosso país tem a transmitir são compatíveis com os do regime de Jacarta, com a situação que este impoe no território? E Portugal não exigiu contrapartidas a tal proposta? Perguntas à espera de respostas.

Em Dezembro haverá nova ronda. Entretanto, Boutros-Ghali anunciou a sua recandidatura ao cargo de SG mas os E.U.A. manifestaram-se ostensivamente contra a sua reeleição. Com consequências imprevisíveis para o problema de Timor.

RETRATO DE 'GUARDA-REDES' ENQUANTO ANIVERSARIANTE

No passado dia 20 de Junho, Xanana Gusmão comemorou o seu 50º aniversário.

Respondendo a um apelo lançado pelo CNRM (Conselho Nacional de Resistência Maubere), muitas foram as pessoas que lhe escreveram ou enviaram mensagens de parabéns - por correio ou fax - para a prisão.

De todas elas, uma - com o título "*O Guarda-Redes que Defende o Povo Timorense*" - merece um particular destaque, por ser de um seu "vizinho", dirigente de uma organização indonésia solidária com a causa timorense. Alguns excertos dela:

"*Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que Junho de 96 é o mês do futebol. E como não? Os olhos do mundo estão virados para a Grã-Bretanha, o país anfitrião do Campeonato Europeu de 1996. (...) A febre do futebol atinge-nos a todos: jovens e velhos, homens e mulheres, ricos e pobres, civis e militares, dominantes e dominados, por um instante unidos por uma bola de couro.*

Numa prisão indonésia, LP Cipinang, há alguém conhecido como 'o maluco da bola'. É um antigo guarda-redes do clube de futebol da Académica de Díli. Este rijo companheiro, que pratica futebol todas as terças e sextas-feiras, cumpre presentemente uma pena de 20 anos de prisão. Foi julgado segundo a lei indonésia, o país que ocupou a sua pátria, e por isso ele e o seu povo pegaram em armas. O habitante do Bloco BM, junto ao hospital de LP Cipinang, vai fazer 50 anos no próximo dia 20 de Junho. Quem é ele?"

Depois de traçar uma breve biografia de Xanana Gusmão, "*o futebolista que gosta de vestir a camisola com o nº10*", o subscritor da mensagem continua o seu retrato:

"*Apesar de Xanana Gusmão ter já 50 anos, está em excelente condição física. Talvez que a sua experiência no mato e o exercício regular sejam o seu segredo. No dia 3 de Maio de 1996 foi incluído numa frustrada equipa de Cipinang. Havia um programa para realizar um encontro de futebol amigável entre uma equipa de LP Cipinang - de que ele era o capitão - e uma equipa de Persija Sul, o qual não foi autorizado pelo regime. Exercício regular e pensamento positivo são as chaves para se manter jovem. Entre os habitantes de LP Cipinang ele é um daqueles de que todos gostam, tanto os carcereiros como encarcerados. Sorri facilmente e gosta de dizer piadas. Estas são as características especiais de alguém que tem sido descrito pela imprensa internacional como o Nelson Mandela de Timor Leste.*

O antigo guarda-redes da Académica de Díli é ainda o dirigente do CNRM. Na prisão, escreve, pinta, joga futebol. Este homem do signo do Gémeos - tal como o Presidente Suharto -, Cão segundo o horóscopo chinês, fará 50 anos em 20 de Junho, quando no estádio de Old Trafford as equipas da Itália e da Alemanha estiverem defrontar-se sob as batutas de Gianfranco Zola e de Jurgern Klinsmann. A idade de oiro, diz o povo indonésio cujas forças armadas ocuparam o seu país.

Que esta data se repita por muitos anos Xanana Gusmão. Possa você viver muitos anos. Sucessos na sua luta em favor do povo maubere. Continue a lutar pela autodeterminação! A luta continua! [em português no texto].

LP Cipinang, 28 de Maio de 1996
O seu amigo e vizinho do PIJAR Indonésia
Tri Agus Siswowihardjo
Cela 3, Lingkungan II D
LP Cipinang, Jacarta Oriental"

K. SANTANA: NÃO A UMA VISÃO MILITARISTA

O repovoamento de Timor Leste, que foi uma arma contra a Resistência armada, transformou-se numa condição vital para a sua sobrevivência

Num extenso relatório apresentado, em finais do ano passado, à Direcção da Luta, o Comandante Konis Santana faz uma detalhada análise aos desafios políticos e militares enfrentados pela Resistência e propõe linhas de orientação e de actuação para vencer as difíceis condições de luta.

É um extracto desse relatório que hoje aqui publicamos.

REPOVOAMENTOS: UM PONTO VITAL

"O inimigo não cessa de aperfeiçoar constantemente as suas tácticas e técnicas de combate à guerrilha (...).

Se os repovoamentos constituem a expressão da consolidação e alargamento do seu controlo territorial e administrativo, constituem também uma táctica fundamental de combate à guerrilha, pelo estreitamento das zonas de guerrilha, negando às FALINTIL capacidade de sobrevivência tanto no terreno militar como no do aproveitamento logístico. Ao satisfazer as necessidades básicas que afligem as populações, garantindo-lhes bem-estar social, este factor levaria, no seu entender, as populações a questionar a utilidade da manutenção da guerrilha nas montanhas, negando-lhes o seu apoio e apoiando o exército nos seus esforços de exterminar a guerrilha para pacificar o território, o que reconhecemos ter criado enormes dificuldades às FALINTIL, contribuindo de alguma forma à sua exterminação. Hoje, pela evolução da situação política em todo o país, os repovoamentos passaram a ser um ponto vital, a base de sobrevivência dos guerrilheiros, tanto do ponto de vista de apoio logístico como de informação e também do ponto de vista da segurança e refúgio contra os ataques do exército invasor.

Os guerrilheiros vivem hoje basicamente do apoio popular, (...), a base de aproveitamento logístico das FALINTIL vem do apoio popular e, nalguns casos, os guerrilheiros vivem sob a protecção da população. Temos como exemplo, a situação na (...) onde os guerrilheiros praticamente vivem diluídos entre a população ou ainda o (...) onde também a guerrilha passou a registar a sua presença lá, vivendo sob a protecção das massas populares. No (...), por exemplo, a recuperação das condições políticas ou do apoio popular permitiu de novo a presença das FALINTIL nessa área (...), outrora de difícil movimento da guerrilha por causa da hostilidade da população. (...)."

OS MÉTODOS DO INIMIGO

"Para combater esta nova realidade da guerrilha timorense que experimenta uma nova fase de sobrevivência com as suas características específicas, o inimigo tomou ou está tomando as seguintes medidas de combate à 'subversão':

a - É criado um centro de treino e especialização de timorenses para o combate à subversão para onde são recrutados muitos timorenses que recebem treino intensivo em Aileu (...).

b - Intensificam a preparação de agentes informadores seleccionados entre os jovens e a população desconfiada de participar na resistência com a missão de preparar terreno para a repressão do ocupante, buscando informações sobre a localização exacta dos guerrilheiros, os seus dirigentes, as suas actividades e os seus hábitos, as linhas de aprovisionamento logístico e informação. (...).

c - Os timorenses recrutados, (...) depois do período de preparação, regressam às suas zonas de origem (...) onde conhecem a população e o terreno, factores que lhes permitem realizar com sucesso a sua acção (...).

A acção destas forças realiza-se por fases:

- na primeira fase buscam informações sobre a localização exacta da guerrilha, as linhas de aprovisionamento e de informação, as actividades da guerrilha, os seus movimentos, hábitos, os elementos de ligação, etc., e fornecem ao comando para estudo.

- não atacam imediatamente os guerrilheiros individuais que vivem diluídos entre a população, a menos que sejam os seus dirigentes. Isto permite obter informações mais exactas sobre a resistência clandestina e a guerrilha para garantir sucesso ao seu posterior ataque.

Concluída a primeira fase da operação, obtidos os dados concretos e objectivos através de um serviço de informação bem montado e bem orientado, o inimigo passa à segunda fase da operação, a fase da violência, a fase do ataque à mão armada com efectivos do exército regular muito numerosos e que tem como fins a atingir:

- cercar e destruir a 'base' da guerrilha e eliminar fisicamente os guerrilheiros e os seus dirigentes;

- destruir totalmente as linhas de aprovisionamento logístico e de informação e desmantelar a rede clandestina, aprisionar os responsáveis e os elementos mais activos e forçá-los a fazer outras denúncias;

- perseguir os guerrilheiros que escaparam, impor novos combates e destruir com isso o moral combativo dos guerrilheiros e levá-los à rendição;

- intensificar as operações de rusga e limpeza destinadas ao restabelecimento da 'ordem' e à reconquista da população e,

- finalmente, tomam medidas de prevenção que impeçam o retorno dos guerrilheiros a essas zonas.

A perseguição permanente e a imposição de combates contínuos destinam-se à dispersão dos guerrilheiros, impondo-lhes o isolamento o que impede a retomada de contactos com a população e das suas actividades, cercando-os com um mar de dificuldades e provocando a sua capitulação.(...)."

O PRIMADO DO POLÍTICO

"Se os objectivos do IN definidos para a actual etapa da guerra, no terreno da confrontação política e, sobretudo, militar são: a neutralização das actividades políticas da resistência popular clandestina e a exterminação total dos 'últimos sobreviventes' das FALINTIL, materializando os seus objectivos de pacificação do território, o IN confronta-se hoje com uma resistência nacional generalizada e abrangente a todas as camadas da nossa sociedade o que limita as chances de ele conseguir rapidamente os seus objectivos. Daqui se explica os esforços desesperados do IN na melhoria das suas

tácticas e técnicas de combate à Resistência no terreno político clandestino e no terreno da confrontação militar.

Estas são, quanto a mim, as medidas que se adaptam à actual situação, como uma forma de diminuir as possibilidades de o IN nos exterminar rapidamente. A visão militarista da guerra apenas nos trouxe desastres inesperados.

Por outro lado, a necessidade de conservação das nossas forças impõe a que atacássemos o IN. Quando reunidas todas as condições que nos garantam sucesso, são outras medidas que temos que incutir na consciência dos nossos comandantes e guerrilheiros, procurando levar os nossos homens a compreender e a ter uma formação teórica da evolução da nossa guerrilha e a necessidade de adopção de princípios e métodos que se ajustam à actual situação.

Resumindo: 96 será um ano de implementação na prática dos princípios reguladores da nossa guerra de guerrilhas, uma guerrilha que só poderá sobreviver se houver um apoio popular forte, sem o qual estaremos condenados à exterminação final.

Esta é a situação política e militar da nossa luta, que procuro apresentar-lhes neste relatório.

No terreno da materialização das tarefas, teremos como prioridades (...) a saber: no plano militar, acções de desestabilização e de recuperação do material IN; no terreno político, a consolidação e o alargamento das condições políticas permitindo um apoio e uma participação activa das massas populares na luta."

CRISE DO PDI OU CRISE DO REGIME?

Nascido artificialmente em 1973 da junção forçada de restos de partidos da era Sukarno, o Partido Democrático Indonésio (PDI) nunca teve a oportunidade de se transformar num verdadeiro partido de oposição, isto é, num partido que define as suas estratégias em função de ganhar o domínio do aparelho de Estado (ou de uma sua parte).

Obrigado a seguir a ideologia oficial do Estado, o Pancasila, impedido de levar a actividade partidária a todos os níveis e locais da sociedade indonésia (só ao Golkar, o partido do poder, isso é autorizado), o PDI vê-se ainda confrontado com a intervenção governamental sempre que se esboça uma corrente com veleidades "autonomistas" no seio da sua direcção.

Em 1986 o governo nomeou um dos seus homens de mão para assumir a direcção daquele partido. Mas demiti-lo-ía 5 anos depois por, nas palavras de Gerry van Klinken do *Indonesia Resources and Information Programme*, estar "*a tornar o PDI demasiado popular*" (*reg.indonesia*, 10/6/96).

Em Dezembro de 1993, aquando do seu último Congresso em Surabaia, o PDI voltou a ser alvo das interferências do governo e dos militares que tentaram impedir a eleição de Megawati Sukarnoputri, a filha mais velha do primeiro presidente indonésio, Sukarno, para a chefia do partido. Mas - facto novo - apesar dessas ingerências, os delegados conseguiram impor a sua preferência por Megawati.

Agora as autoridades decidiram abrir novo ciclo. "*Receando que o PDI sob Megawati não seja suficientemente colaborante nas cruciais eleições presidenciais de 1998, o governo está finalmente a actuar para a eliminar politicamente.*" (Gerry van Klinken in *reg.indonesia*, 10/6/96).

O ataque partiu, oficialmente, da chefe da bancada parlamentar do PDI, Fatimah Achmad, que sem consultar a direcção do partido e invocando ter o apoio de 215 das suas 306 delegações, constituiu uma comissão pró-Congresso extraordinário que imediatamente recebeu o apoio do Ministro do Interior e do Chefe do Estado-Maior das FFAA.

Segundo um comunicado de 7 de Junho da Aliança de Jornalistas Independentes (AJI) em Jacarta, os militares realizaram no princípio do mês três reuniões com os chefes de redacção dos principais diários e semanários indonésios onde lhes "pediram" para não usarem as palavras "*demitir*" ou "d*errubar*" nas reportagens sobre o Congresso do PDI e a não tratarem Megawati por Sukarnoputri (filha de Sukarno) mas antes pelo apelido do marido. Ainda de acordo com este comunicado, as autoridades teriam prometido a Fatimah Achmad um lugar no governo a sair das eleições presidenciais de 98, caso ela consiga afastar Mega da direcção do partido.

Nos dias que se seguiram descobriu-se que, das 215 delegações ditas apoiantes da realização do congresso extraordinário, apenas 141 o haviam feito por escrito e destas muitas de forma irregular (assinadas apenas por um elemento da direcção local e sem a reunião prévia da delegação). Descobriu-se, também, que funcionários do Ministério do Interior tinham visitado previamente todas as delegações.

A ofensiva governamental mobilizou em torno de Mega não só muitas das bases do PDI como activistas de outras organizações e conhecidas figuras do movimento oposicionista ao regime, como Gus Dur e Sri Bintang Pamungkas.

No dia 20 de Junho, iniciou-se em Medan o dito Congresso, onde pontificaram as intervenções dos citados Ministro do Interior e chefe das FFAA. Nesse mesmo dia, milhares de pessoas desceram à rua em Jacarta ostentando cartazes onde se podia ler: "*Megawati para Presidente*", "*Abaixo a Ordem Nova*" e "*Fora com Suharto*". Sob o comando do Comandante da Região Militar de Jacarta, o exército interveio para "limpar" as ruas, de que resultaram muitas dezenas de feridos e a prisão de 40 a 70 pessoas (de acordo com fontes citadas pela Amnistia Internacional).

Estas movimentações não foram suficientes para impedir a realização do Congresso. O que surpreende nesta situação é a insistência do regime em usar as velhas receitas para resolver as tensões da sociedade indonésia. Dado o ambiente social prevalecente, esta cartada corre o risco de agitar as águas ainda mais e congregar em volta de Megawati todo o leque de forças do movimento pró-democracia. O comportamento das autoridades apenas expôs a sua dificuldade na gestão dos novos conflitos emergentes naquela sociedade.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317